



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2007/2008 -

Faculdade

Direito

Licenciatura

Solicitadoria

Unidade Curricular

Direito Processual Penal

Ano: 3.º

Tipo: 2.º Semestre

Nº ECTS: 6

Regente

Dr. Pedro José Piçarra Salreu

Assistente

Dr. Rui José Simões Bayão Sá Gomes

Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: 2

Aulas Práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

Língua de Ensino

Português

Objectivos Gerais

O ensino da disciplina tem por objectivos gerais aprofundar a cultura jurídica dos alunos e dar-lhes os conhecimentos indispensáveis à aplicação do Direito Penal substantivo. O Direito Processual Penal é reconhecido como Direito Constitucional aplicado e constitui uma disciplina especialmente formativa por permitir o relacionamento constante entre normas e princípios jurídicos. Por outro lado, como o Direito Penal é de estrita aplicação judicial, a dimensão prática do processo é sempre ponderada.

Objectivos Específicos

Atendendo que o Processo Penal, como qualquer outro processo judicial, corresponde a um conjunto ordenado e diacrónico de actos com um sentido teleológico, o estudo dos seus



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

institutos pretende abrir aos estudantes a perspectiva sobre a marcha do processo e o específico significado de cada um dos actos praticados nesse contexto.

Competências a adquirir

Um jurista pode desempenhar no Processo Penal uma multiplicidade de funções – defensor, advogado do assistente ou até de uma testemunha, juiz, magistrado do Ministério Público ou titular de autoridade de polícia criminal. O que se pretende é fornecer uma preparação inicial sólida para o desempenho desses múltiplos papéis.

Metodologia de Ensino

O ensino compreende aulas teóricas (três semanais) e práticas (duas semanais). Nas aulas teóricas privilegia-se a aprendizagem dos conteúdos doutrinários, dos regimes legais e das principais orientações da jurisprudência. Nas aulas práticas são apresentados casos para resolução e analisadas decisões judiciais.

Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. Direito Processual Penal – conceito e delimitação
 - A. Conceito de Direito Processual Penal
 - B. Direito Processual Penal e Direito Constitucional
 - C. Direito Processual Penal e Direito Penal
 - D. Processo penal e outros processos ou procedimentos sancionatórios
2. Formas e fases do processo penal
 - A. Processo comum e processos especiais
 - B. Breve ideia das fases do processo comum
 - a) Fase preparatória
 - b) Fase de julgamento
 - c) Fase de recurso
 - C. Breve ideia do âmbito de aplicação e das fases dos processos especiais
 - a) Processo sumário
 - b) Processo abreviado
 - c) Processo sumaríssimo
3. Princípios fundamentais do processo penal português
 - A. Generalidades
 - B. Princípio da jurisdicionalidade
 - C. Princípios da oficialidade, da legalidade e da oportunidade; distinção entre crimes públicos, semipúblicos e particulares
 - D. Estrutura acusatória do processo; princípio do contraditório e da investigação
 - E. Princípios da presunção da inocência do arguido, *in dubio pro reo* e da duração razoável do processo
 - F. Princípio da lealdade, garantias de defesa e proibições de prova

II – SUJEITOS DO PROCESSO PENAL

1. Generalidades
 - A. Noção de sujeito processual; sujeito processual e simples participante no processo



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- B. As garantias do contraditório e do processo justo; a igualdade entre acusação e defesa; a inexistência de partes
2. O Tribunal
- A. A função jurisdicional em processo penal
- B. O estatuto do juiz
- a) Generalidades; independência e imparcialidade
 - b) A estrutura acusatória e o estatuto do juiz; juiz de julgamento e juiz de instrução
 - c) O princípio da investigação
 - d) Impedimentos e suspeições
 - e) Os jurados
- C. Organização judiciária e regras de competência
- a) Jurisdição e competência
 - b) A proibição de tribunais de excepção
 - c) Princípio do juiz natural ou legal
 - d) Competência internacional
 - e) Competência dos tribunais de Relação e do Supremo Tribunal de Justiça
 - f) Tribunais de competência genérica, especializada e específica
 - g) Funcionamento dos tribunais de 1ª instância; competência do tribunal singular, do tribunal colectivo e do tribunal do júri
 - h) Determinação do tribunal territorialmente competente
 - i) Competência por conexão
 - j) Declaração de incompetência
 - l) Conflitos de competência
3. O Ministério Público
- A. Noção; as funções do Ministério Público no processo penal
- B. Natureza do Ministério Público e estatuto dos seus agentes
- a) Autonomia e imparcialidade
 - b) Princípio da obrigatoriedade
 - c) Subordinação hierárquica
 - d) Impedimentos e suspeições
 - e) Conclusão
- C. Organização, competência e legitimidade
- a) Organização
 - b) Competência
 - c) Legitimidade
4. O arguido
- A. Conceito e delimitação
- a) Noção de arguido
 - b) Constituição de arguido
 - c) Personalidade e capacidade judiciais
- B. O estatuto do arguido
- a) Generalidades
 - b) O princípio da presunção de inocência e o direito ao silêncio
 - c) Direito à assistência de defensor
- C. O defensor do arguido
- a) O estatuto do defensor
 - b) Casos de obrigatoriedade de defensor; o defensor nomeado



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

5. O assistente
 - A. Conceito e delimitação
 - a) Noção de assistente
 - b) Quem pode ser assistente
 - c) Constituição de assistente
 - B. O estatuto do assistente
 - C. O estatuto do ofendido não assistente
 - D. Regime específico dos crimes particulares

III – OBJECTO DO PROCESSO PENAL

1. Identidade e variação do objecto do processo penal
 - A. Conceito de objecto do processo penal
 - B. O conhecimento de questões prejudiciais; princípio da suficiência
 - C. O princípio da vinculação temática
 - D. Os momentos processuais da fixação do objecto
 - E. Alteração do objecto; alteração substancial e não substancial
 - F. Alteração da qualificação jurídica dos factos
2. Responsabilidade civil conexas com a penal
 - A. O princípio da adesão: regime geral e excepções
 - B. O lesado: conceito e estatuto
 - C. As partes civis
 - D. Tramitação da acção cível enxertada em processo penal

IV – PROVA E MEDIDAS DE COACÇÃO

1. Noções gerais sobre a prova em processo penal
 - A. Conceito de prova e objecto da prova
 - B. O princípio *in dubio pro reo* e a questão do ónus da prova
 - C. O princípio da investigação
 - D. Proibições de prova
 - E. Livre apreciação da prova
 - F. Meios de prova e meios de obtenção da prova
2. Detenção e medidas de coacção e de garantia patrimonial
 - A. Detenção
 - a) Conceito e finalidades
 - b) Detenção em flagrante delito
 - c) Detenção fora de flagrante delito
 - d) Regime legal da detenção
 - B. Medidas de coacção
 - a) Conceito e finalidades
 - b) Condições gerais de aplicação
 - c) Termo de identidade e residência
 - d) Caução "carcerária"
 - e) Obrigação de apresentação periódica
 - f) Suspensão do exercício de funções, de profissão e de direitos
 - g) Proibição de permanência, de ausência e de contactos
 - h) Obrigação de permanência na habitação; a vigilância electrónica
 - i) Prisão preventiva
 - j) Revogação, alteração e extinção das medidas de coacção
 - l) Modos de impugnação



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- C. Medidas de garantia patrimonial
 - a) Conceito e finalidades
 - b) Caução económica
 - c) Arresto preventivo

V – TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL

1. Noções introdutórias
 - A. Acto processual e pressuposto processual
 - B. Nulidades dos actos processuais
2. Notícia do crime
 - A. Noção; modos de aquisição da notícia do crime
 - B. Medidas cautelares e de polícia
 - C. Apreciação preliminar dos factos pelo Ministério Público
3. Fases preparatórias
 - A. Inquérito
 - a) Noção, finalidade e competência
 - b) Conteúdo do inquérito
 - c) A intervenção dos órgãos de polícia criminal
 - d) A intervenção do juiz de instrução
 - e) Características e duração do inquérito
 - f) Constitucionalidade do inquérito
 - B. Acusação
 - a) Acusação do Ministério Público
 - b) Suspensão provisória do processo
 - c) Arquivamento especial em caso de dispensa da pena
 - d) Arquivamento propriamente dito
 - e) Acusação do assistente
 - f) A acusação nos crimes particulares
 - C. Instrução
 - a) Noção, finalidade e competência
 - b) O requerimento da abertura de instrução
 - c) Actos de instrução e debate instrutório
 - d) Características e duração da instrução
 - D. Decisão instrutória
 - a) Despacho de pronúncia
 - b) Despacho de não pronúncia
4. Julgamento em 1ª instância
 - A. Actos preliminares
 - a) Saneamento do processo
 - b) Designação do dia e hora para julgamento
 - c) Contestação
 - B. Audiência de julgamento
 - a) Princípios da concentração, imediação e oralidade; casos de produção antecipada de prova
 - b) A contumácia
 - c) Estrutura da audiência
 - d) Documentação da audiência
 - C. Sentença



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- a) Noção e requisitos
- b) Vícios da sentença
- 5. Impugnação das decisões
 - A. Noções gerais
 - B. Recursos ordinários
 - C. Recursos extraordinários
- 6. Tramitação dos processos especiais
 - A. Processo sumário
 - B. Processo abreviado
 - C. Processo sumaríssimo

Bibliografia Principal

Autor(es)

Palma, Maria Fernanda

Título

Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais

Edição

-

Local

Coimbra

Editora

Almedina

Ano

2004

Autor(es)

Silva, Germano Marques da

Título

Curso de Processo Penal, 3 volumes - Vol. I (4.^a ed.) Vol. II (2.^o ed.) e vol. III (2.^a ed.)

Edição

2.^o e 4.^a ed.

Local

Lisboa

Editora



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Verbo

Ano

1999 e 2000

Bibliografia Complementar

Autor(es)

Beleza, Teresa Pizarro

Título

Apontamentos de Processo Penal (com base na gravação das aulas teóricas dadas ao 5º Ano, FDL, 1991/92/93 e 1994/95); com a colaboração de outros autores, 3 volumes, AAFDL

Edição

-

Local

Lisboa

Editora

-

Ano

1992, 1993 e 1995

Autor(es)

Dias, Jorge de Figueiredo

Título

Direito Processual Penal, I vol.,

Edição

Reimpressão da 1ª ed. de 1974

Local

Coimbra

Editora

Coimbra Editora

Ano

1984

Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

A avaliação compreende a realização de exame escrito e oral, nos termos do regulamento da Universidade. A participação nas aulas práticas é ponderada na classificação, podendo, conforme os casos (boa ou muito boa), determinar a subida de um ou dois valores na classificação da prova escrita.

Recursos Didáticos

Para além das obras recomendadas, serão indicados artigos, monografias, colectâneas de casos e acórdãos aos alunos. Para dar uma visão da realidade, serão feitas visitas a um tribunal de julgamento e a um estabelecimento prisional.

Palavras-chave

Direito Processual Penal; Tribunal Criminal; Ministério Público, Defensor; Arguido;